



**BRASIL**

**UM PAÍS DE TODOS**

**GOVERNO FEDERAL**



***Política Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)  
e estratégias de enfrentamento da violência e tortura***

***- novembro 2010-***



## Marcos legais

**Convenção sobre os Direitos da Criança + Riad, Beijing etc.**

**Constituição Federal**

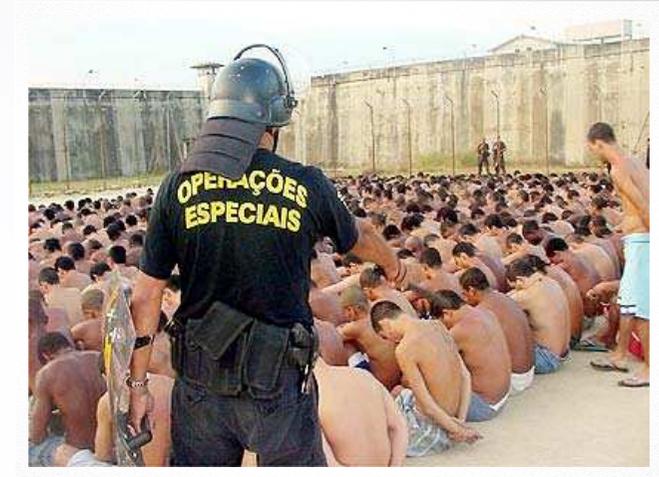
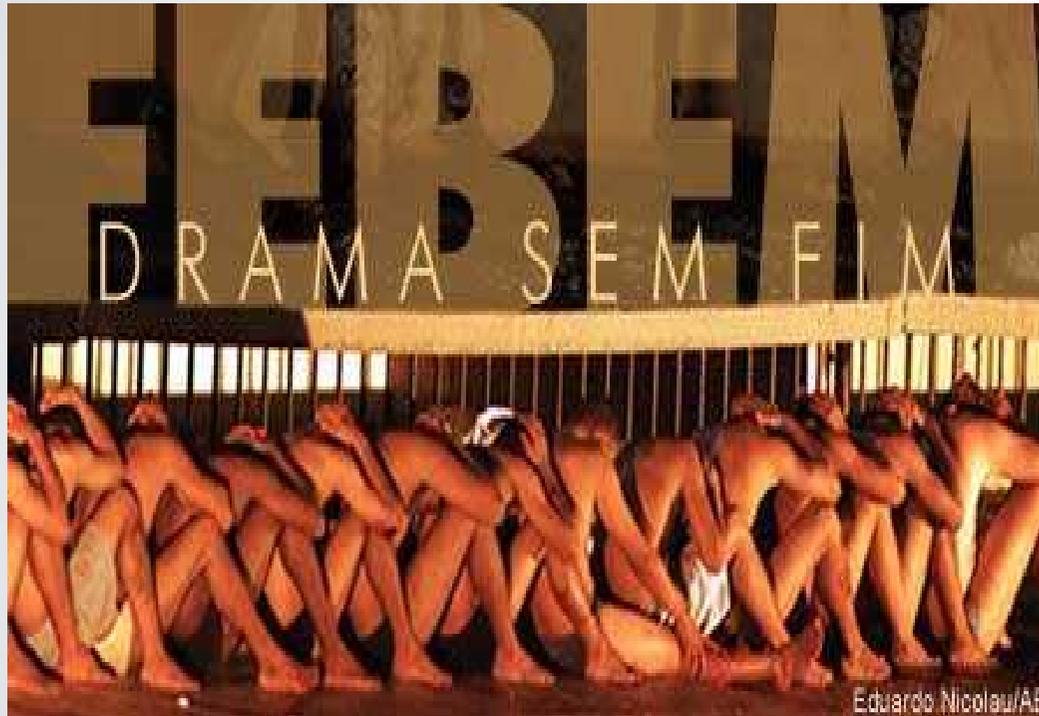
**O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**

**Resolução 119/2006 do CONANDA:  
Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE,2006)**

**PL do SINASE (em tramitação)**



## Contexto de surgimento do Sinase





# Política nacional de atendimento socioeducativo

## Diretrizes do Sinase:

- excepcionalidade, brevidade e natureza retributiva/pedagógica das medidas
- primazia das medidas socioeducativas em meio aberto
- regionalização e municipalização
- padrões arquitetônicos
- intersetorialidade no atendimento
- Plano Individual de Atendimento
- Inscrição do Regimento Disciplinar nos Conselhos dos Direitos



# Política nacional de atendimento socioeducativo

## 1. Iniciativas para a institucionalidade:

- Constituição de Comissões Intersectoriais no governo federal (desde 2006) e em 10 Estados
- Agenda Social Criança e Adolescente, lançada pelo Presidente Lula em 2007:
  - Projeto “Na medida certa”
  - Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
[www.obscriancaeadolescente.gov.br](http://www.obscriancaeadolescente.gov.br)
- Fórum de Dirigentes Estaduais do Sistema Socioeducativo (Fonacriad)
- Fórum de Justiça Juvenil (Fonajuv): Tribunais de Justiça + 03 Associações de Magistrados
- Aprovação na Câmara Federal do Projeto de Lei 134/2009, com tramitação atual no Senado



# Política nacional de atendimento socioeducativo

## 2. Mobilização de redes:

- Fórum Nacional de ONGs (Fórum DCA)
- Associação Brasileira de Magistrados, Promotores e Defensores (ABMP)
- Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei (Renade):  
(Centros de Defesa + Defensores+ Associações de Familiares)
- Rede Universitária

## 3. Gestão do Conhecimento e da Informação:

- Centros de Formação do SINASE (em 21 estados)
- Matriz Unificada, Comitê de Especialistas e Ensino à Distância (UnB)
- Curso de Especialização (em 03 estados)
- SIPIA SINASE



## Política nacional de atendimento socioeducativo

### 4. Implementação de programas em meio aberto:

- Municipalização dos programas de meio aberto nas capitais:

40% em 2006

70% em 2007

100% a partir de 2008

- co-financiamento pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em 872 municípios
- 40% dos municípios brasileiros (2.226) com execução ainda pelo Judiciário (ano 2009)



## Política nacional de atendimento socioeducativo

### Co-financiamento SUAS x SINASE Meio aberto

ATÉ MAIO DE 2010		
Nº MUNICÍPIOS	ADOLESCENTES	VALOR COFINANCIADO
388	32.920	2.045.352
A PARTIR DE JUNHO DE 2010		
Nº MUNICÍPIOS (junho 2010)	ADOLESCENTES (junho 2010)	VALOR COFINANCIADO (junho 2010)
872	70.400	3.879.472



## Política nacional de atendimento socioeducativo

### 5. Equipamentos:

- ✓ 250 unidades de internação;
- ✓ financiamento do governo federal em 39 obras, em 21 estados;
- ✓ mais de R\$ 128 milhões através da SDH e 20 milhões pelo Pronasci/MJ ;
- ✓ 8% das unidades do país construídas antes do ECA

Região	Unidades	Padrão Sinase
Norte	30	37%
Nordeste	47	42%
Centro-Oeste	22	27%
Sudeste	108	8%
Sul	43	18%



## Política nacional de atendimento socioeducativo







## Política nacional de atendimento socioeducativo





## Política nacional de atendimento socioeducativo





## Política nacional de atendimento socioeducativo

### **6. Apoio à Defesa Técnica e Jurídico-Social:**

- ✓ 22 Núcleos Especializados de Defensoria Pública, em 9 estados
- ✓ 24 Centros de Defesa, em 17 estados
- ✓ Associações de Familiares, em 07 estados
- ✓ Anecd: 4 situações emblemáticas, envolvendo medicalização, reparação e tortura

### **7. Sistema de Justiça e Segurança:**

- ✓ 131 Delegacias Especializadas, em 27 unidades da federação
- ✓ 19 Estados com Defensorias Especializadas
- ✓ 20 Centros Integrados, em 16 estados
- ✓ 93 Varas Especializadas, em 27 unidades da federação



## Política nacional de atendimento socioeducativo

**8. Apoio a Práticas Inovadoras:** Justiça Restaurativa, Gênero , Semi-Liberdade e Prêmio Socioeducando (3ª Edição) e edição da Feira Nacional de Boas-Práticas

**9. Ações do Conselho Nacional de Justiça:**

- Pesquisa para implantação de Varas Especializadas
- Criação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
- Projeto “Medida Justa” (Fiscalização do Judiciário)
- Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei

**10. Supremo Tribunal Eleitoral:** sessões eleitorais nas unidades de internação para garantia do direito ao voto do adolescente interno



## Alguns indicadores

- ✓ Brasil com 1,7% do total estimado de adolescentes internos no mundo (cerca de um milhão)
- ✓ Número de adolescentes internos corresponde a 0,05% da população de adolescentes brasileiros ou 0,008% da população geral
- ✓ Total de adolescentes internos corresponde a menos de 4% do total de presos no sistema penal brasileiro (446 mil)

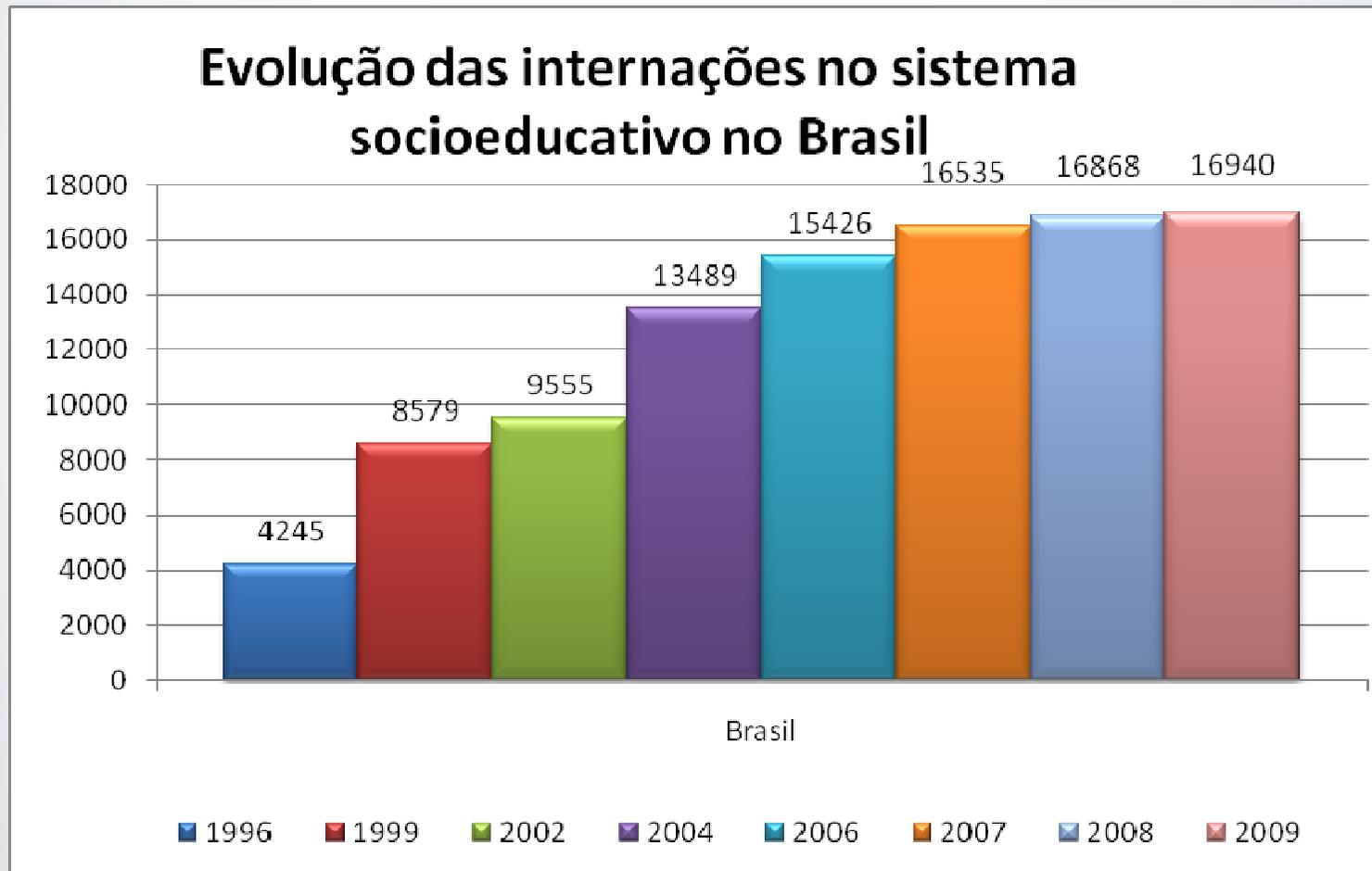
### 1. Diminuição da taxa geral de crescimento no meio fechado:

2006 a 2007= 7%  
2007 a 2008= 2%  
2008 a 2009= 0,4%

**1996-2006= 363%**  
**1996-1999= 102%**  
**2006-2009= 9%**



## Alguns indicadores





## Alguns indicadores

2. Diminuição da internação em 12 estados em 2009 (43% RJ e 35% MS, por exemplo)
3. Decréscimo da internação provisória em 16 estados em 2009
4. Aumento na semi-liberdade em 15 estados nos últimos três anos
5. Proporção entre as medidas de internação:

70% internação

21% internação provisória

9% semi-liberdade



## Alguns indicadores

6. Os 10 estados com maior população de internos em 2010 e tendências nos últimos três anos:

- |              |   |      |
|--------------|---|------|
| 1) SP: 6.506 | ↑ | (1)  |
| 2) PE: 1.647 | ↑ | (2)  |
| 3) MG: 1.172 | ↑ | (5)  |
| 4) RS: 1.037 | ↓ | (3)  |
| 5) CE: 985   | ↑ | (6)  |
| 6) PR: 968   | ↑ | (7)  |
| 7) RJ: 633   | ↓ | (4)  |
| 8) DF: 609   | ↑ | (8)  |
| 9) SC: 607   | ↑ | (11) |
| 10) ES: 508  | ↓ | (9)  |



# Dados de denúncias

1. Dados da I Semana Nacional de Mobilização pelo Direito de Defesa (Renade, 2009):
  - prazos processuais vencidos
  - privação de liberdade em espaços inadequados
  - unidades de internação insalubres;
  
2. Dados do Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo (SDH/PR, 2010):
  - 916 adolescentes em privação de liberdade sem medida socioeducativa (casos de pernoite, medidas de proteção ou abrigo temporário etc);
  
  - adolescentes em cadeias públicas (208 em Minas Gerais);
  
  - 20% de adolescentes internos, por determinação judicial, sem terem praticado atos com violência ou grave ameaça.



## Dados de denúncias

3. Dados do Levantamento Nacional da Atenção à Saúde Mental (MS e SDH/PR, 2010):
  - Superlotação (em 64% das unidades do NE e em 52% das unidades do Sul), com unidades insalubres;
4. Recebimento de denúncias pela SNPDC/SDH em 2009 e 2010:
  - Tortura, agressões físicas e ameaças de morte nas unidades de internação: 65 denúncias
  - Mortes de internos por violência: 16 denúncias
  - Rebeliões, inícios de rebelião, tumultos e levantes: 05 denúncias
  - Funcionamento da Unidade Experimental de Saúde (SP)



## Dados de denúncias

5. Aplicação de Medidas cautelares pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA):
  - São Paulo (Complexo do Tatuapé) – extinta
  - Distrito Federal (CAJE)
  - Espírito Santo (UNIS)
6. Determinações judiciais de interdição e fechamento de unidades de internação:
  - Educandário Santo Expedito (Rio de Janeiro)
  - CER São Lucas (Santa Catarina)
7. Reintegração funcional, por determinação do Tribunal de Justiça do Trabalho, de funcionários afastados por infrações disciplinares.



## Ações de destaque em 2010

1. Pactuação do Governo Federal com Dirigentes Estaduais:
  - Medidas emergenciais para observância de padrões da vigilância sanitária;
  - Inclusão do sistema socioeducativo no Termo de Compromisso de Combate à Tortura, assinado pelos Estados;
  - Criação de Corregedorias e Ouvidorias;
  - Implementação de protocolos internacionais sobre monitoramento de unidades de privação de liberdade;
2. Finalização do Projeto Repensando a Proteção Jurídico-Social, parceria com a ANCED, com atuação em 4 situações emblemáticas, envolvendo medicalização, reparação e tortura
3. Reativação do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental



# Obrigada!

**Presidência da República**  
**Secretaria de Direitos Humanos**  
**Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**Carmen Silveira de Oliveira – Secretária Nacional**

Tel: (61) 2025-3225/ Fax: (61) 2025-9603

E-mail: [carmen.silveira@sedh.gov.br](mailto:carmen.silveira@sedh.gov.br)

**Lucia Elena Rodrigues Junqueira – Coordenação-Geral do ProSINASE**

Tel: (61) 2025-3959

E-mail: [lucia.rodrigues@sedh.gov.br](mailto:lucia.rodrigues@sedh.gov.br)



**BRASIL**

**UM PAÍS DE TODOS**

**GOVERNO FEDERAL**